PREFEITURA MUNICIPAL

NOVA BASSANO — Rio Grande do Sul

CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DE NOVA BASSANO

LEI Nº 379/82 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1982 alterada pela Lei Municipal nº 2.515/12

INSTITUI O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES E DISCIPLINA À SUA APLICAÇÃO.

TRANQUILO ZANETTI, Prefeito Municipal de NOVA BASSANOm Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Para os efeitos do presente Código, são adotadas as seguintes definições gerais:

ABAULAMENTO - Convexidade normal ao eixo da rua, dada ao seu leito para facilitar o ewcoamento das águas pluviais.

ACRÉSCIMO - Aumento de uma edificação, feita durante ou após a conclusão da mesma. Aumento.

ADEGA - Lugar, geralmente subterrâneo que, por condições de temperatura, serve para guardar bebidas.

AERODUTO - Conduto de ar nas instalações de ventilação.

AFASTAMENTO- Distância normal ao paramento esterno, do corpo mais avançado do prédio à divisa lateral, medida no pavimento térreo,

ÁGUA - Plano, ou pano de telhado. Exemplos: telhado de meia água, telhado de duas águas,etc.

ALÇAPÃO - porta ou tampo horizontal dando entrada para porão, ou para o desvão do telhado.

...

ALICERCE - Maciço de material adequado, que serve de base às paredes de uma edificação.

ALINHAMENTO - Limite entre o lote do terreno e o logradouro público.

ALPENDRE - Cobertura saliente, de uma só água, sustentada por um lado e encostada pelo outro à parede mais alta.

ALTURA DE UMA FACHADA - Distância medida entre o nível médio do passeio e o forro do último pavimento.

ALVARÁ - Documento passado pelas autoridades municipais que autoriza a execução de certas obras particulares sujeitas à fiscalização, ou ao exercício de determinada atividade.

ALVENARIA - Obra composta de blocos naturais ou artificiais, ligados ou não por meio de argamasa.

ANDAIME - Obra provisória constituindo plataforma elevada, destinada a suster os operários e os materiais, durante a execução das obras.

ANDAR - Qualquer pavimento de uma edificação acima do porão, embasamento, rés do chão, loja ou sobreloja. Andar térreo é o pavimento imediatamente acima do porão ou do embasamento; primeiro andar é o pavimento imediatamente acima do andar térreo, rés do chão, loja ou sobreloja.

APARTAMENTO - Conjunto de dependências de um prédio de habitação multipla, constituindo unidade domiciliar, com, no mínimo, sala, dormitório, cozinha, banheiro, circulação e área de serviço.

APROVAÇÃO DO PROJETO - Ato administrativo que precede a expedição do alvará.

AR ACONDICIONADO - Ar a que se impõe condições preestabe-

lecidas de temperatura e umidade e que é insuflado nos compartimentos ou recintos, depois de convenientemente filtrado.

ÁREA ABERTA - Área cujo perímetro é aberto para a via pública em, pelo menos, num dos lados, com largura mínima de 1,50 metros.

ÁREA DE DIVISA - É a área guarnecida em parte por paredes do edifício e em parte por divisa ou divisas do lote. A área de divisa é considerada área fechada.

ÁREA DO FUNDO - É a área situada entre as divisas laterais, ao fundo do lote, e a face posterior do edifício.

ÁREA FECHADA - Área guarnecida por paredes, em todo o seu perímetro.

ÁREA GLOBAL DE CONSTRUÇÃO - É a soma das áreas construídas de todos os pavimentos.

ÁREA INTERIOR - É a área que não atinge nenhuma das divisas laterais.

ÁREA LATERAL - É a área que se estende, sem interrupção , desde o alinhamento até a área do fundo ou divisa do fundo.

ÁREA LIVRE - Parte do lote não ocupada pela projeção horizontal da edificação.

ÁREA OCUPADA - Área do terreno ocupada pela projeção horizontal da edificação.

ÁREA PRINCIPAL - É a área através da qual se verifica a iluminação e ventilação de compartimento de permanência prolongada (diurna e noturna).

ÁREA SECUNDÁRIA - É a área através da qual se verifica a iluminação e ventilação de compartimento de u

tilização transitória.

ÁREA ÚTIL - É a superfície utilizada de uma edificação, excluídas as paredes.

ARRUAMENTO - Ação de abrir ruas. Dar alinhamento aos logradouros.

BALANÇO - Avanço da construção sobre a prumada do pavimento.

BANDEIRA - Vedação, fixa ou móvel, na parte superior das portas e janelas.

BEIRAL - Parte do telhado, que faz saliência sobre o prumo da parede. Beirado.

BLOCO DE FUNDAÇÃO - Fundação de forma prismática alta, rígida, destinada a transmitir as cargas da edificação do terreno.

BOEIRO - Obra de drenagem que se executa no terreno quando qualquer obra de regularização ou de movimento de terra interrompe o escoamento natural das águas.

CALÇADA - Pavimentação do terreno dentro do lote.

CASA - Residência. Edificação de carácter privado.

CASA DE BOMBAS - Compartimento em que se instalam as bombas de recalque.

CASA DE CÔMODOS - É a casa contendo várias habitações distintas, constituída cada habitação por um único quarto ou cômodo, sem instalações sanitárias e banheiros privativos, sendo as habitações servidas por uma ou mais entradas comuns.

CASA DE MÁQUINAS - Compartimento em que se instalam os comandos dos elevadores.

COLUNAS - Elemento, de secção circular elíptica, ou assemelhada, constituinte da estrutura, destinada a transmitir, às fundações, as cargas das vigas.

COMPACTAÇÃO DE UM SOLO - Processo de adensamento do terreno, mediante o uso de equipamento adequado.

CONTRAVENTAMENTO - Travadura organizada para se opor à deformação ou à queda de uma estrutura.

COPA - Compartimento auxiliar da cozinha.

CORDÃO - O mesmo que meio-fio.

CORPO AVANÇADO - Parte da edificação que avança além do plano da fachada. Balanço.

CORREDOR - Superfície de circulação entre diversas dependências de uma edificação.

COTA - Indicação ou registro numérico de dimensões.

COZINHA - Compartimento da casa, onde se preparam os alimentos.

CUMIERA - A parte horizontal mais alta do telhado, a peça de madeira horizontal mais elevada do telhado.

DEGRAU - Desnivelamento formado por duas superfícies não afloradas. Nas escadas os degraus são constituídos por duas partes: a vertical ou espelho e a horizontal ou piso.

DEPÓSITO - Edificação ou compartimento destinado à guarda prolongada de mercadorias ou de utensílios domésticos.

DEMOLIÇÃO - Ação de desmanchar uma construção ou parte da mesma.

DESMEMBRAMENTO - É a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

DESVÃO - Espaço compreendido entre o telhado e o fôrro de uma edificação.

DESPENSA - Peça da casa para recolher e guardar mantimentos.

DIVISA - Linha que separa o lote de propriedade confinante.

DRENAR - Executar obras num terreno de modo que escoem as águas nele existentes.

ELEVADOR - Máquina que executa o transporte, em altura, de pessoas ou mercadorias.

EMBARGO - Medida legal, efetuada pela Prefeitura, tentando sustar o prosseguimento de obra ou instalação, cuja execução esteja em desacôrdo com determinadas prescrições.

EMBASAMENTO - Parte inferior da construção. Pavimento que tem o piso situado abaixo do terreno circundante exterior, ou a condição do nível do terreno não está acima da quarta parte do pé direito que, por sua vez, deve ser igual ou superior a dois metros e cinquenta centímetros (2,50 m). Se o pé direito for inferior a 2,50 m, deixa de ser embasamento e entra na classe dos porões.

EMPACHAMENTO - Ato de utilizar qualquer espaço de domínio público para finalidades diversas.

ENTULHO - Materiais ou fragmentos resultantes de demolição ou construção.

ESCADA - Elemento de construção formado por uma sucessão de degraus.

ESCADARIA - Série de escadas dispostas em diferentes lances e separadas por patamares, ou pavimentos.

ESCAIOLA - Revestimento liso e lavavel para paredes, a base de gesso e cimento branco.

ESCALA - Relação de dimensões existente entre o desenho e o que ele representa.

ESCORAMENTO - Estrutura, em geral de madeira, para arrimar parede que ameaça ruir. Estrutura provisória utilizada em escavações com a finalidade de evitar desabamentos do terreno.

ESGÔTO - Abertura, por onde esgota ou flui qualquer líquido. Particularmente, é o condutor subterrâneo destinado a receber as águas servidas das casas e levá-las para lugar adequado.

ESPELHO - Parte vertical do degrau da escada.

ESQUADRIA - Têrmo genérico para indicar portas, janelas, caixilhos, taipas, venezianas.

ESTUQUE - Argamassa de cal e areia, simples ou em mistura com o pó de mármore, aplicado sobre uma tela ou armadura de madeira.

FACHADA - Elevação das partes externas de uma construção.

FIADA - Carreira horizontal de tijolos ou pedras.

FÔRRO - Revestimento da parte inferior do madeiramento do telhado. Cobertura de um pavimento.

FOSSA - Cova, poço, etc. Feito na terra, para fins diversos: cisterna, extinção de cal, cloaca, et cétera.

FOSSA SÉPTICA - Tanque de concreto ou alvenaria revestida de cimento em que se deposita o esgôto e onde as matérias sólidas e em suspensão sofrem processo de desintegração.

FUNDAÇÃO - Parte da construção que estando, geralmente, abaixo do nível do terreno, transmite ao solo as cargas dos alicerces.

FUNDAÇÃO DIRETA - Fundação cuja carga é, na sua maior porção, transmitida através de uma superfície horizontal da base; fundação aplicada, próximo à superfície natural do terreno.

FUNDAÇÃO EM ESTACAS, EM TUBULÕES, ETC. - Fundações cujas cargas se transmitem ao terreno através de estacas, tubulões, etc.

FUNDO DO LOTE - É o lado oposto à frente. No caso de lote triangular em esquina, o fundo é o lado do triângulo que não forma testada.

GABARITO - Dimensão préviamente fixada e que define largura dos logradouros, altura das edificações, etc.

GALERIA DE LOJA - Pavimento que cobre parte da loja e destinado a uso exclusivo da mesma.

GALERIA PÚBLICA - Passagem coberta em um edifício, ligando entre sí dois logradouros. Avanço da construção sôbre o passeio, tornado a passagem coberta.

GALPÃO - Construção constituída por uma cobertura sem fôrro, fechada, pelo menos em três de suas faces, na altura total ou em parte, por meio de parede ou tapume e destinada sòmente a fins industriais ou a depósito, não podendo servir de habitação.

HABITAÇÃO - Prédio ou parte do mesmo que serve de residência a uma ou mais pessoas. Economia domiciliar. Residência.

HABITAÇÃO COLETIVA - Edifício que serve de residência permanente a pessoas de famílias diversas em economias distintas.

HABITAÇÃO POPULAR - Habitação de tipo econômico, edificada com finalidade social.

HABITAÇÃO UNI-FAMILIAR - Prédio que serve de residência permanente a um só individuo ou a uma só família.

HABITE-SE - Autorização oficial para ocupação de um prédio ou parte do mesmo.

HOTEL - Edifício ou parte de edifício servindo de residência, quase sempre temporária, a várias pessoas de famílias diversas, em quartos ou apartamentos mobiliados.

ILUMINAÇÃO DIRETA - Diz-se da iluminação em que a luz recebida pelo cômodo vem do exterior (luz solar).

INDÚSTRIA INCÔMODA - A que produz gases, poeiras, exalação, ruidos, trepidações ou movimentação de veículos, constituindo incômodo à vizinhança.

INDÚSTRIA NOCIVA - Indústria que por qualquer motivo pode, pela sua vizinhança, se tornar prejudicial à saúde.

INDÚSTRIA PERIGOSA - É considerada indústria perigosa aquela que pode, pelo seu funcionamento, constituir ameaça à saúde ou também à segurança das pessoas ou prédios vizinhos.

JANELA - Abertura na parede de uma edificação para dar entrada de luz ou de ar ao interior.

JIRAU - O mesmo que galeria.

LADRÃO - Tubo de descarga colocado nos depósitos de água , banheiro, pias, etc. para escoamento automático do excesso de água.

LANCE - Comprimento de pano de parede, muro, etc. Parte da escada que se limita por patamar.

LAVANDARIA - Oficina ou compartimento para lavagem de roupa.

LOGRADOURO PÚBLICO - É tôda a parte da superfície da cidade destinada ao uso público, oficialmente reconhecida e designada por um nome, de acôrdo com a legislação em vigor, podendo ser avenida, rua, praça, etc.

LOJA - É o rés do chão, quando destinado ao comércio.

LOTE - É a porção de terreno, delimitada por um ou mais logradouros público, e por divisas laterais e de fundo, descrita e assegurada pelo título de propriedade.

LOTEAMENTO - É a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

MACADAME - Sistema de pavimentação à base de pedra britada comprimida em mistura com material aglutinante, geralmente, argila ou saibro.

MANILHA - Tubo de barro, vidrado ou não, usado em canalizações subterrâneas de esgôto.

MAQUETE - Representação em relêvo, geralmente em escala menor, de qualquer obra ou trabalho.

MARQUISE - Cobertura em balanço.

MEIA ÁGUA - Cobertura constituída de um só pano de telhado.

MEIA PAREDE - Parede construída dentro de um compartimento e que não atinge o fôrro; em geral de madeira, simples ou envidraçada, servindo para separar serviços.

MEIO-FIO - Pedra de cantaria ou de concreto que separa o passeio da parte destinada a veículos dos logradouros. Cordão. Guia.

MEMORIAL - Descrição completa dos serviços a executar em uma obra.

MODIFICAÇÕES DE UM PRÉDIO - É o conjunto das obras destinadas a alterar divisões internas e deslocar, abrir, aumentar, reduzir ou suprimir vãos e dar nova forma à fachada.

MURALHA - Muro de grande altura e espessura. Paredão.

MURO - Maciço de alvenaria, que serve de separação no alinhamento, entre terrenos contíguos, entre edificações ou entre páteos do mesmo terreno.

MURO DE ARRIMO - Obra de alvenaria ou concreto armado destinada a suster o empuxo de terra e que permite dar, a estas, um talude vertical ou inclinado.

NIVEL DE UMA CONSTRUÇÃO - É o indicado pelo meio fio na parte correspondente ao meio do prédio.

NIVELAMENTO - Regularização do terreno por desatêrro das partes altas e enchimento das partes baixas. Determinação das diversas cotas e, consequentemente, das altitudes, de linha traçada no terreno.

ÔLHO DE BOI - Abertura circular para iluminar interiores.

PARAPEITO - Resguardo de madeira, ferro ou alvenaria, geralmente, de pequena altura, colocado nos bordos das sacadas, terraços, pontes, etc., para proteção das pessoas. Guarda-corpo.

PARA-RAIOS - Dispositivos destinados a proteger os edifícios contra os efeitos dos raios.

PAREDE DE MEAÇÃO - Parede comum à edificação contígua, cujo eixo coincide com a linha divisória dos lotes.

PASSEIO - É a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres.

PATAMAR - Superfície de maior extensão que o degrau separando dois lances de escada.

PÁTEO - Recinto, no interior de uma edificação, ou murado contíguo a ela, situado no pavimento térreo.

PAVIMENTO - Plano que divide as edificações no sentido da altura. Conjunto de dependências situadas no mesmo nível, compreendidas entre dois pisos consecutivos. Pisos.

PAVIMENTO TÉRREO - É o pavimento sobre os alicerces ou no rés do chão.

PÉ DIREITO - É a distância vertical entre o piso e o teto de um compartimento.

PEITORIL - Parte inferior do vão da janela.

PEQUENOS CONSERTOS - São obras de reparos, com substituição ou não, de forros, pisos, revestimentos e esquadrias, desde que não excedam a um quarto (1/4) do elemento correspondente, em cada compartimento.

PÉRGOLA - Construção de caráter decorativo, podendo servir de suporte a plantas trepadeiras.

PILAR - Elemento de secção poligonal, constituinte da estrutura de uma edificação destinado a receber cargas de vigas e lajes e transmití- las para as fundações.

PISCINA - Tanque para natação, artificialmente construído.

PISO - Chão; Pavimentação; Parte horizontal dos degraus das escadas; Pavimento.

PLATIBANDA - Parte superior das edificações, formado pelo prolongamento das paredes externas, acima do fôrro.

POÇO DE VENTILAÇÃO - Área de pequenas dimensões destinada a ventilar compartimento de uso especial e de curta permanência.

PORÃO - Pavimento de edificação que tem mais da quarta parte do pé direito abaixo do terreno circundante.

PÓRTICO - Portal de prédio, com alpendre. Passagem ou galeria coberta, em frente dos edifícios ou que serve para dar ingresso ao interior dos lotes.

POSTIGO - Abertura pequena com vedação, feita em parte superior de porta. Pequeno caixilho móvel em partes externas.

POSTURA - Regulamento sôbre assuntos de jurisdição municipal.

PRÉDIO - Construção destinada à moradia, ou outra atividade.

PRÉDIO DE APARTAMENTO - É aquele com dois ou mais apartamentos servidos por uma ou mais entradas comuns constituindo cada apartamento uma habitação distinta, destinada à residência permanente.

PRÉDIO DE APARTAMENTO MISTO - É aquele que é constituido em parte, por apartamentos e compreende, além disso, cômodos constituindo habitações distintas, sem instalação sanitária e banheiros privativos, podendo compreender, ainda, em parte, compartimentos destinados a escritórios, tudo isto servido por uma ou mais entradas.

PROFUNDIDADE DE LOTE - Distância entre a testada ou frente e a divisa oposta, medida seguindo uma linha normal à frente. Se a forma do lote fôr irregular, avalia-se a profundidade média.

QUARTEIRÃO - Área limitado por tres ou mais logradouros adjacentes.

QUARTO - Dormitório. Aposento. Peça do prédio destinada ao descanço.

REBOCO - Argamassa de cal e areia com que se revestem as paredes em uma ou duas camadas. No caso de duas camadas, aprimeira denomina-se embôço, e a segunda rebôco fino ou guarnecimento.

RECALQUE - Deslocamento vertical de um ponto qualquer da fundação.

RECALQUE DIFERENCIAL - Diferença entre os recalques verificados a um determinado instante, entre dois pontos de uma construção.

RECONSTRUÇÃO - Ato de construir novamente, no mesmo local e com as mesmas dimensões, uma edificação ou parte dela e que tenha sido demolida.

RECUO DE ALINHAMENTO - É a incorporação ao logradouro público, de uma área de terreno pertencente à propriedade particular e adjacente ao mesmo logradouro, para o fim de executar um projeto de alinhamento ou de modificação de alimento, aprovado pela Prefeitura.

RECUO DE JARDIM - É o espaço de terreno que se deve observar entre o alinhamento e a fachada de frente do prédio.

REENTRÂNCIA - É a área em continuidade com uma área fechada e com esta comunicando-se por um de seus lados, tendo os outros constituídos por uma linha poligonal ou curva e guarnecidos por paredes ou parte por paredes e parte por divisa de lote.

REFORMA - Serviço executado em um prédio, com a finalidade de melhorar seu aspeto e duração, sem entretanto modificar sua forma, interna ou externa, e elementos essenciais.

RELOTEAMENTO - É a subdivisão, em planta, de uma área de terreno já com loteamento aprovado.

REMEMBRAMENTO - É a operação inversa de loteamento.

RESIDÊNCIA - Prédio ou parte do mesmo, ocupado como moradia por uma família.

SACADA - Varanda saída para fora da parede em balanço, com balaustrada ou qualquer outro tipo de guarda-corpo.

SALIÊNCIA - Elemento de construção que avança poucos centímetros além dos planos das fachadas.

SAPATA - Tipo de fundação. Parte inferior do pilar ou coluna.

SERVIDÃO - Encargo impôsto a parte de qualquer propriedade para passagem, proveito ou serviço de outra propriedade pertencente a dono diferente.

SETEIRA - Abertura na divisa lateral ou de fundo, de 10 x 20 cm para permitir a passagem da luz.

SOALHO - Piso de tábuas apoiado sôbre vigas ou guias.

SOBRELOJA - É o pavimento de pé direito reduzido, não inferior, porém, a dois metros e cinquenta centímetros (2,50 m) e situado imediatamente acima do pavimento térreo, ou primeiro pavimento e abaixo do segundo pavimento.

SOLEIRA - Parte inferior do vão da porta.

SOLO - Material superficial da crosta terrestre (litosfera) proveniente da alteração das rochas ou da acumulação de sedimentos oriundos de outras partes.

SOLO ARTIFICIAL - Qualquer solo cuja formação ou melhoramentos de suas qualidades, tenha sido realizado pela ação humana.

SUBSOLO - Pavimento situado abaixo do piso térreo de uma edificação e de modo que o respectivo pé direito esteja totalmente abaixo do nível do terreno circundante.

TABIQUE - Parede delgada que serve para dividir compartimentos.

TALUDE LIMITE - Inclinação máxima de um terreno, compatível com a sua estabilidade.

TAPUME - Vedação provisória feita de tábuas justapostas ou por elementos assemelhados.

TELHADO - Parte superior das casas que as abriga das intempéries; conjunto de madeiramento e do material de revestimento da cobertura.

TELHEIRO - Construção constituída por uma cobertura suportada, pelo menos em parte, por meio de colunas ou pilares, abertura em tôdas as faces ou parcialmente fechadas.

TERRAÇO - Cobertura de uma edificação ou parte da mesma, constituindo piso accessível.

TERRENO ARRUADO - É o terreno que tem uma das suas divisas coincidindo com o alinhamento do logradouro público da propriedade particular e que coincide com o alinhamento.

TESTADA DE LOTE - Comprimento da linha que separa o logradouro público da propriedade particular e que coincide com o alinhamento.

TETO - Vide FÔRRO.

TOLDO - Proteção, contra intempérie, para portas e janelas, com armação articulada e retratil, geralmente de lona, plástico ou metal.

TUBULÃO - Tubo de grande diâmetro com eixo vertical assente no terreno e utilizado como fundação.

UM TIJOLO - Diz-se da parede cuja espessura é igual ao comprimento de um tijolo.

UNIDADE AUTÔNOMA - Parte da edificação vinculada a uma fração ideal do terreno, constituida de dependências e intalações de uso privativo e de parcelas das de uso comum, destinada a fins residenciais ou não.

VALA ou VALETA - Escavação para alicerces ou para instalação de canalização de água, gás ou esgôtos.

VÃO LIVRE - Distância entre dois apoios, medida entre as faces internas.

VARANDA - Terraço coberto.

VESTÍBULO - Compartimento de pequenas dimensões, junto à entrada principal da edificação. O mesmo que hall de entrada.

VIA PÚBLICA - São as avenidas, ruas, alamedas, travessas , praças, parques, estradas, caminhos, etc.,de uso público. Logradouro público.

VIGA - Elemento estrutural horizontal destinado a receber cargas de lajes e transmití-las aos pilares. Elemento constituinte do madeiramento do telhado.

VIGA DE FUNDAÇÃO - Peça estrutural de fundação, geralmente em forma de viga, contínua, pela qual as cargas provenientes de pontos distintos da construção são distribuídas para o terreno através de sapatas.

VILA - É o conjunto de habitações independentes, em edifícios isolados ou não, e dispostas de modo a formarem ruas ou praças interiores, sem caráter de logradouro público. Sede de Distrito.

VISTORIA ADMINISTRATIVA - Diligência efetuada por profissionais habilitados, da Prefeitura, tendo por fim verificar as condições de uma construção, de uma instalação ou de uma obra existente, em andamento ou paralizada, não só quanto à resistência e estabilidade, como quanto à regularidade.

VISTÓRIA SANITÁRIA - Diligência efetuada por funcionário do órgão Estadual de Saúde, com o fim de verificar se a edificação satifaz as condições de higiene.

VISTÓRIA TÉCNICA PARA HABITAR - Diligência efetuada por funcionário da Prefeitura com o fim de constatar a conclusão de uma obra, para a concessão do "Habite-se".

CAPÍTULO II

DOS PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS E DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Atr. 2º - São considerados habilitados ao exercício profissional, aqueles que satisfizerem as disposições da legislação vigente.

Art. 3º - Sòmente os profissionais legalmente habilitados, poderão assinar qualquer desenho, projeto, cálculo ou especificação a ser submetida à Prefeitura.

§ Único - As atribuições de cada profissional, diplomado ou licenciado, serão as constantes de suas carteiras profissionais expedidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Art. 4º - A responsabilidade dos projetos, cálculos e especificações apresentadas, cabe aos respectivos autores e a da execução das obras, aos profissionais que as realizem.

§ Único - A Municipalidade não assumirá qualquer responsabilidade em razão de aprovação de obra ou projetos inadequados.

Art. 5º - Para os efeitos dêste código, as firmas e os profissionais legalmente habilitados, deverão requerer sua matrícula na Prefeitura, mediante juntada de certidão de registro profissional no C.R.E.A.

Art. 6º - A assinatura do profissional, nos desenhos, projetos, cálculos ou memórias submetidas à Prefeitura, será, obrigatòriamente, precedida da indicação da função que no caso lhe couber, por exemplo: "autor do projeto", "autor do cálculo" "responsável pela execução da Obra", etc., e sucedido do título, bem como do número da carteira do C.R.E.A.

Art. 7º - No local da obra, deverão ser afixadas as placas dos profissionais intervenientes, obedecendo a legislação específica quanto às suas características.

Art. 8º - Quando houver substituição, por qualquer motivo, do responsável pela execução parcial ou total da obra, o fato deverá ser comunicado à Prefeitura, com a descrição da obra até o ponto onde termina a responsabilidade de um e começa a do outro.

§ Único - Não sendo feita a comunicação respectiva, permanecerá a responsabilidade do profissional anotado, para todos os efeitos legais.

Art. 9º - Ficam dispensadas de responsabilidade técnica, mas não de apresentação de projetos, as construções de madeira com área até 80 (oitenta) metros quadrados e que não tenham estruras especiais.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS E LICENÇAS

Aprovação - Alteração ou modificação - Prazo - Cancelamento - Isenção - Edifícios Públicos.

Art.10º - A execução de qualquer edificação, reforma ou ampliação de prédio, ou qualquer outra obra em todo o território do município, será precedida de apresentação de projeto devidamente assinado pelo proprietário, pelos autores dos componentes do projeto e pelos responsáveis técnicos pelas diversas partes da construção, com as devidas A.R.Ts do CREA.

Art.11 - O processo de aprovação do projeto será composto das seguintes peças:

a) Requerimento solicitando aprovação do projeto;
b) Planta de situação e localização;
c) Planta baixa de cada pavimento não repetido;
d) Planta de elevação das fachadas principais;
e) Cortes longitudinais e transversais;
f) Projeto das instalações hidráulico-sanitárias;
g) Projeto das instalações elétricas e telefônicas;
h) Cálculo estrutural;
i) Projeto de instalação de elevadores de acôrdo com as Normas Brasileiras;
j) Memorial descritivo da obra e especificações de materiais.

§ 1º - No caso de reforma ou ampliação, deverá ser indicado no projeto, as partes a serem demolidas, construídas ou conservadas, de acôrdo com as seguintes con-

venções de côres:

AMARELO - A ser demolido

VERMELHO - A ser construído

SEM CÔR - A ser conservado

§ 2º - As plantas de localização e situação, que poderão constituir o mesmo desenho, deverão caracterizar a posição da construção no lote em relação às divisas, bem como às outras construções existentes no mesmo. O lote será caracterizado pelas suas dimensões, distâncias à esquina mais próxima, indicação das ruas de contôrno do quarteirão, orientação magnética, posição do meio fio, postes, hidrantes; arborização e entrada prevista para veículos. A escala a ser usada deverá ser de 1:250 ou 1:500.

§ 3º - As plantas baixas deverão indicar o destino de cada compartimento, áreas, dimensões internas, espessuras de paredes, aberturas e dimensões externas dos blocos. A escala a ser usada será 1:50 e, para grandes dimensões, 1:100. Só excepcionalmente poderá ser admitida escala menor.

§ 4º - Os cortes longitudinais e transversais, bem como as fachadas e elevações, deverão ser apresentados em número suficiente para a perfeita compreensão do projeto. Serão convenientemente cotados, com andares numerados, registrando, ainda o perfil do terreno. Quando tais cortes resultarem muito extensos, em virtude de pavimentos repetidos, poderão ser simplificados, omitindo-lhes na forma convencional, a representação de pavimentos iguais, desde que seja cotada a altura total da edificação. A escala dos cortes será a mesma das plantas baixas.

§ 5º - Os projetos hidráulico-sanitário e elétrico deverão obedecer, além das disposições dêste Código, as regulamentações das respectivas emprêsas concessioná-

rias (CORSAN e CEEE).

§ 6º - O projeto de estrutura constará dos seguintes elementos: cálculo estático, distribuição dos pilares, plantas de fôrmas e detalhes das tesouras, quando for o caso.

§ 7º - Todas as plantas e o memorial relacionados neste artigo deverão obedecer às normas brasileiras (ABNT) e serem apresentadas em 3 (tres) vias. As vias devolvidas ao requerente deverão conter o carimbo APROVADO e a rubrica do funcionário encarregado.

§ 8º - Para obras de certo porte, será aceito o projeto constituido unicamente da parte arquitetônica (itens a, b, c, d, e) do caput, para fins de aprovação prévia; devendo, após, ser juntado os demais elementos para aprovação final, antes de ser iniciada a obra.

Art. 12 - Os projetos que dependerem de exigências de outras repartições públicas, somente poderão ser aprovados, pela Prefeitura, após a aprovação dada, para cada caso, pela autoridade competente.

Art. 13 - Não serão permitidas emendas ou rasuras nos projetos, salvo a correção de cotas que pode ser feita, em tinta vermelha, pelo profissional responsável que a rubricará.

Art. 14 - Qualquer modificação introduzida no projeto deverá ser submetida à aprovação da Prefeitura e somente poderá ser executada se forem apresentadas novas plantas, contendo detalhadamente todas as modificações previstas.

§ Único - A licença para as modificações será concedida sem emolumentos se for requerida antes do embargo das obras e se as mesmas não implicarem em aumento de área construida.

Art.15º - Após a aprovação do projeto, a Prefeitura Municipal, mediante o pagamento de emolumentos e taxas, fornecerá um alvará de licença para a construção, válido por dois anos, e marcará o alinhamento e a altura do meio-fio, quando este ainda não tiver sido colocado.

Art.16º - As construções licenciadas que não forem iniciadas dentro de 6 meses a contar da data do alvará, deverão ter o mesmo revalidado e submeter-se a qualquer modificação que tenha havido na legislação, não cabendo à Prefeitura, nenhum ônus por qualquer alteração que se fizer necessária.

Art.17º - As obras que não estiverem concluídas quando findar o prazo concedido pelo alvará, deverão ter novo alvará, que será concedido, mediante solicitação, por mais um ano e que poderá ser repetido mais vezes, a critério da Prefeitura.

Art.18º - A concessão de licença para construção, reconstrução, reforma ou apliação, não isenta o imóvel do imposto territorial ou predial durante o prazo que durarem as obras.

DAS ISENÇÕES DE PROJETOS E LICENÇAS

Art.19º - Estão dispensados de apresentação de projeto, ficando, contudo, sujeitos a concessão de licenças, as seguintes obras e serviços:

a) Construção de dependências não destinadas a moradias, nem a uso comercial ou industrial, tais como: telheiros, galpões, depósitos de uso domésticos, viveiros, galhineiros, caramanchões, ou similares, desde que não ultrapassem a área de quinze (15) metros quadradados.

b) Casas simples de madeira, com área até 80 (oitenta) metros quadrados, situadas além de um quilômetro da área atingida pelo Plano Diretor.

Art.20º - Estão dispensados de licença quaisquer serviços de limpeza, pintura interna e externa, pequenos reparos desde que não sejam modificadas partes essenciais da construção e que, para isso, não sejam necessários andaimes ou tapumes.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Art.21º - De acôrdo com o que estabelece a Lei Federal nº125 de 3 de dezembro de 1935, a construção de edifícios públicos federais ou estaduais, não poderá ser executada sem licença da Prefeitura, devendo obedecer às determinações do presente Código, Plano Diretor e as demais posturas e deliberações municipais.

§ 1º - Os projetos para as referidas obras estarão sujeitos às mesmas exigências dos demais, gozando, entretanto, de prioridade na tramitação e de isenção de emolumentos.

§ 2º - Os contratantes ou executantes das obras de edifícios públicos, estarão sujeitos a todos os pagamentos de licenças relativas ao exercício da profissão.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DAS OBRAS - CONCLUSÃO - HABITE-SE

Art.22º - Nenhuma obra poderá ser iniciada sem que a Prefeitura tenha fornecido o respectivo alinhamento e a altura do meio-fio.

Art.23º - Deverá ser mantido no local da obra, o alvará de licença da mesma, bem como uma via completa do projeto aprovado na Prefeitura, devendo ser exibido sempre que fôr solicitado pela fiscalização.

Art.24º - Após a conclusão da obra, deverá ser solicitado o respectivo "Habite-se" que será fornecido pelo órgão competente da Prefeitura, após vistoria, desde que a construção tenha obedecido o projeto aprovado e ofereça condições de ser habitado, estando funcionando as instalações hidro-sanitárias e eléctricas.

Art.25º - Em prédios de mais de uma economia, o "Habite-se" poderá

ser concedido a economias isoladas, antes de conclusão total da obra, desde que as referidas economias, bem como as áreas de uso coletivo estejam construidas e arrematadas e tenham sido removidos os tapumes e andaimes.

CAPÍTULO V

DOS MATERIAIS E ESTRUTURAS

Art.26º - Todo o material de construção deverá satisfazer às normas de qualidade relativas ao seu destino na construção.

§ 1º - Os materiais tradicionais devem obedecer o que dispõe as Normas Brasileiras, em relação a cada caso.

§ 2º - Em se tratando de materiais novos ou de materiais para os quais não tenham ainda sido estabelecidas as normas, os índices qualitativos serão fixados mediante estudo e orientação da Fundação de Ciências e Tecnologia - CIENTEC ou outra entidade idônea oficialmente reconhecida.

Art.27º - A Prefeitura, através de seu órgão competente, reserva-se o direito de impedir o emprêgo de qualquer material que julgar impróprio e, em conseqüência, exigir seu exame, pela CIENTEC.

DAS PAREDES

Art.28º - As edificações executadas sem estrutura de sustentação, em ferro ou concreto armado, não poderão ter mais de quatro pavimentos, para tijolos comuns e, até 7 (sete) pavimentos para tijolos especiais.

Art.29º - As paredes de alvenaria de tijolos das edificações deverão ter os respaldos sobre os alicerces, devidamente impermeabilizados, com as seguintes espessuras:

I - 0,25 m (um tijolo) para as paredes externas;
II - 0,15 m (meio tijolo) para as paredes internas;
III - 0,10 m (cutelo) para as paredes de simples vedação sem função estática, tais como: paredes de armários embutidos, divisões internas de compartimentos sanitários, etc.

Art.30º - As paredes internas que constituirem divisão entre economias distintas, deverão ter, no mínimo, 0,25 m de espessura.

Art.31º - As paredes de gabinetes sanitários, banheiros, despensas e cozinhas, junto ao fogão e pias, deverão ser revestidas, até a altura de 1,50 m (Hum metro e cinqüenta centímetros), no mínimo, de material impermeável, lavável, liso e resistente.

Art.32º - Nas edificações de um só pavimento, as paredes externas dos dormitórios voltados para o quadrante sul, deverão ter a espessura mínima de 0,25 m (vinte e cinco centímetros), as demais paredes poderão ter a espessura mínima de 0,15 m (quinze centímetros), tomada a precaução para evitar penetração de umidade (beirado, impermeabilização, etc.).

Art.33º - As paredes construidas nas divisas dos lotes, deverão ser sempre de alvenaria ou material incombustível e ter a espessura mínima de 0,15 m (quinze centímetros) para as edificações de um pavimento.

§ Único - Não serão permitidas paredes de meação.

Art.34º - Nas construções situadas a 1 (um) km, ou mais, além da área do Plano Diretor, serão permitidas paredes de tijolos assentados a barro, desde que as mesmas sejam protegidas por beirados de, no mínimo, 0,50 m (meio metro) de largura.

DOS PISOS E ENTREPISOS

Art.35º - Os pisos será assentados sobre contrapisos convenientemente executados a fim de proporcionar uma adequada impermea-

bilização.

§ Único - Nos casos de assoalhos de madeira sobre barroteamento, deverá existir uma caixa de ventilação de, no mínimo, 0,50 m (meio metro) de altura, abaixo do barroteamento, com aberturas para a circulação do ar.

Art.36º - Os entrepisos das edificações de mais de 2 (dois) pavimentos, deverão ser incombustiveis.

§ Único - Considera-se como pavimento, para a finalidade deste artigo, galerias, passadiços, garagens,etc.

Art.37º - Os pisos de banheiros, cozinhas, lavanderias, garagens, depósitos, despensas, áreas de serviço e sacadas deverão ser impermeáveis e laváveis. Os pisos de dormitórios e dependências de permanência diurna prolongada, deverão ser de materiais de bom isolamento térmico.

CAPÍTULO VI

DOS TERRENOS E DAS FUNDAÇÕES

Art.38º - Deverão ser convenientemente preparados para receberem as construções os terrenos que apresentarem os seguintes inconvenientes:

I - Umidade ou banhado;
II - Depósito de lixo ou de matéria orgânica ainda não totalmente mineralizada;
III - Revestimento natural de humus ou terra vegetal.

Art.39º - As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que:

I - Não prejudiquem os imóveis lindeiros;
II - Sejam totalmente independentes das edificações vizinhas já existentes e integralmente situadas dentro

dos limites do lote.

Art.40º - Para as edificações de mais de dois pavimentos, a Prefeitura poderá, se julgar necessário, exigir a sondagem do solo a fim de determinar a fundação adequada.

DOS MUROS E MUROS DE ARRIMO

Art.41º - Quando as divisas entre os lotes forem fechadas por muros de alvenaria, estes deverão ser feitos sôbre alicerces de pedra ou concreto e possuirem condições de estabilidade.

§ Único - Os terrenos baldios, nas ruas pavimentadas, deverão ser fechados por muros de alvenaria, com altura mínima de 1,50 m (um metro e meio).

Art.42º - A Prefeitura poderá exigir dos proprietários, a construção de muros de arrimo e de proteção sempre que o nível do terreno fôr superior ao logradouro público ou quando houver desnível entre os lotes, que possa ameaçar à segurança das construções existentes.

Art.43º - Os terrenos edificados, devidamente ajardinados, poderãoser dispensados da construção de mureta no alinhamento ou nas divisas laterais e de fundo, quando situados em zona residencial.

DAS CALÇADAS E PASSEIOS

Art.44º - Os imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados, são obrigados a pavimentar e a manter em bom estado,os passeios em frente de seus lotes.

Art.45º - Em determinadas vias a Prefeitura poderá determinar a padronização da pavimentação dos passeios, por razões de ordem técnica e estética.

Art.46º - Os acessos de veículos aos lotes deverão ser feitos, obrigatóriamente, por meio de rebaixamento do meio-fio, sem u-

so de cantoneiras. O rampeamento do passeio terá, no máximo, até 1,50 m (um metro e meio) de extensão na sua largura.

CAPÍTULO VII

DAS PRECAUÇÕES DURANTE AS OBRAS: TAPUMES; ANDAIMES; DO EMPACHAMENTO

Art.47º - Nenhuma construção ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial, sem que seja, obrigatóriamente protegida por tapumes que garantam a segurança de quem transita pelo logradouro.

Art.48º - Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que 2/3 (dois terços) da largura do passeio, deixando o outro terço inteiramente livre e desimpedido para os transeuntes.

§ 1º - A parte livre do passeio não deverá ser inferior a um metro.

§ 2º - Poderá ser feito o tapume, em forma de galeria, por cima da calçada, deixando-se uma altura livre de, no mínimo, 2,50 m (dois metros e meio).

Art.49º - Os tapumes para construção de edifícios de 3 (tres) ou mais pavimentos deverão ser protegidos por tela de arame ou proteção similar de modo a evitar a queda de ferramentas ou materiais nos logradouros e prédios vizinhos.

DOS POSTES, HIDRANTES E ARBORIZAÇÃO

Art.50º - A localização de postes, hidrantes e arborização, bem como de outros empachamentos permanentes nos logradouros públicos, é de exclusiva competência da Administração Municipal, podendo os mesmos serem removidos ou suprimidos, em casos excepcionais, a critério da Prefeitura, devendo o interessado requerer, comprovando a necessidade de tal medida.

DOS CORETOS E BANCAS DE JORNAIS

Art.51º - A Prefeitura Municipal poderá autorizar a colocação, nos logradouros públicos, de coretos provisórios, destinados a festividades religiosas, cívicas ou de caracter popular.

§ 1º - Os coretos deverão ser de tipo aprovado pelo setor competente da Prefeitura;

§ 2º - Não deverão perturbar o trânsito público, nem o escoamento das águas pluviais;

§ 3º - Deverão ser removidos dentro das 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem ao encerramento dos festejos, caso contrário a Prefeitura fará a remoção e dará ao material removido, o destino que entender e cobrará o custo do serviço.

Art.52º - A Juizo do setor competente da Prefeitura, poderão ser colocadas nos logradouros, em locais pré-determinados e, sempre a título precário, bancas para venda de jornais e revistas.

§ 1º - As bancas deverão ser de tipo adredemente aprovado;

§ 2º - Não deverão obstruir, de nenhum modo, o trânsito de pedestres ou de veículos pelo logradouro.

DESCARGA DE MATERIAL NA VIA PÚBLICA - CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS LOGRADOUROS

Art.53º - Não será permitida, sob pena de multa ao responsável pela obra, a permanência de qualquer material de construção na via pública por tempo maior que o necessário para a sua descarga e remoção.

Art.54º - Durante a execução das obras, o profissional responsável deverá pôr em prática tôdas as medidas para a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas, bem como para manter os logradouros em estado de permanente limpeza e conservação.

CAPÍTULO VIII

DAS FACHADAS

Art. - As fachadas das edificações deverão apresentar bom acabamento, em tôdas as partes visíveis dos logradouros públicos.

Art.56º - As fachadas situadas no alinhamento não poderão ter, até a altura de 2,50 m (dois metros e meio), saliências maiores que 20 (vinte) centímetros, nem poderão abrir para fora: persianas, gelosias, postigos ou qualquer outro tipo de vedação, abaixo desta altura.

Art.57º - Não serão permitidos, sôbre os passeios: gárgulas, pingadeiras ou escoadouros de águas pluviais ou de águas servidas.

§ Único - Será permitido a construção de beirado, desdeque o escoamento das águas pluviais seja devidamente canalizado.

DAS MARQUISES E TOLDOS

Art.58º - Será exigida a construção de marquises nas testadas das edificações construidas no alinhamento ou recuadas menor de 2 (dois) metros e localizadas nas zonas comerciais, quando não situadas sob galeria, obedecidas as seguintes condições:

I - Não poderá exceder a 3/4 (três quartos) da largura do passeio, com balanço mínimo de 1,50 m (um metro e meio) e máximo de 3 (três) metros.

II - Nenhum de seus elementos componentes, estruturais ou decorativos, poderá estar a menos de 2,50 m (dois metros e meio) acima do nível do posseio;

III - Não prejudicar a iluminação e a arborização pública;

IV - Ser construida de material impermeável e incombustível.

§ Único - Serão tolerados, nas reformas de fachadas, toldos

retráteis no alinhamento, devendo ser obedecidos os três primeiros itens do artigo anterior.

Art.59º - As edificações feitas no alinhamento, fora das zonas comerciais, poderão ter marquises, obedecidas as exigências do artigo anterior.

Art.60º - As fachadas construidas no alinhamento ou as que dêle ficarem recuadas em virtude de recúo obrigatório, poderão ser balanceadas, a partir do segundo pavimento, nas seguintes condições:

I - O balanço máximo poderá ser 1/20 (um vigésimo) da largura do logradouro e não poderá exceder a 1,20m (um metro e vinte), quando não recuarem além do exigido;

II - Nos logradouros cuja largura fôr igual ou inferior a 12 (doze) metros, não será permitida a construção em balanços;

III - Nas construções afastadas do alinhamento, a largura do logradouro, para os efeitos dêste artigo, será a crescida dos recúos.

§ Único - Nas edificações que formem galeria sôbre o passeio, não será permitido balanço da fachada.

CAPÍTULO IX

DA ILUMINAÇÃO NATURAL E VENTILAÇÃO

DAS ABERTURAS

Art.61º - Todo compartimento deverá dispôr de abertura comunicando diretamente com o logradouro ou espaço livre dentro do lote, para fins de iluminação e ventilação. Excetuam-se desta obrigatoriedade, os corredores internos até 10 (dez) metros de comprimento e as caixas de escada em edificações unifamiliares de, no máximo, 2 (dois) pavimentos.

Art. 62º - Não poderá haver aberturas em paredes levantadas sôbre a divisa ou a menos de 1,50 m (um metro e meio) da mesma.

Art. 63º - Aberturas confrontantes, em economias diferentes, não poderão ter, entre elas, distância menor que 3 (três) metros, mesmo que estejam em um mesmo edifício. Nos casos de poço de ventilação, esta distância fica reduzida para 1,50m (um metro e meio).

Art. 64º - Não será consideradas como aberturas para iluminação as janelas que abrirem para terraços cobertos, alpendres ou avarandados com mais de 2 (dois) metros de largura, voltados para os quadrantes sul e leste, ou com mais de 2,50 m (dois metros e meio), voltados para os demais quadrantes.

§ Único - Quando os terraços, alpendres ou avarandados estiverem situados em áreas fechadas, ficam reduzidas para 1,50 m (um metro e meio), as larguras mencionadas nêste artigo.

Art. 65º - As janelas de ventilação e iluminação deverão ter, no conjunto, para cada compartimento, a área mínima de:

I - 1/5 (um quinto) da área do compartimento, para salas, dormitórios, refeitórios e locais de trabalho;

II - 1/7 (um sétimo) da área do compartimento, para cozinhas, copas, lavanderias, rouparias, banheiros, vestiários e gabinetes sanitários;

III - 1/10 (um décimo) da área do compartimento, para vestíbulos, corredores e caixas de escada;

IV - 1/15 (um quinze avos) da área do compartimento, para depósitos e garagens.

§ 1º - As relações dos itens acima ficam alteradas, respectivamente, para 1/4 (um quarto), 1/6 (um sexto), 1/8 (um oitavo) e 1/10 (um décimo) quando as aberturas abrirem para avarandados, terraços ou alpendres com mais de um metro e menos que limites fixados no artigo 64.

§ 2º - A área mínima permitida para iluminação e ventilação será, em qualquer caso, de 0,50 m (meio metro) quadrado .

Art. 66º - Nas aberturas de iluminação, a distância entre a parte inferior da verga e o fôrro, não poderá ser superior a 1/6 (um sexto) do pé direito.

Art. 67º - Pelo menos, metade da área das aberturas de iluminação, deverá servir para ventilação.

DAS ÁREAS

Art. 68º - As áreas destinadas à insolação, iluminação e ventilação dos compartimentos das edificações, poderão ser de três categórias: áreas abertas, áreas fechadas e poços de ventilação.

§ 1º - As áreas abertas, isto é, as que tem uma das faces aberta para um logradouro público, não poderão ter dimensão menor que 1,50 m (um metro e meio) mais 1/8 (um oitavo) da altura da edificação contada a partir do piso do pavimento servido pela área até o fôrro do último pavimento.

§ 2º - As áreas fechadas não poderão ter dimensão menor que dois (2) metros mais 1/6 (um sexto) da altura da edificação medida a partir do piso do pavimento servido pela área até o fôrro do último pavimento. Estas áreas não poderão, em nenhum caso, ter menos que 10 (dez) metros quadrados.

§ 3º - Os poços de ventilação não poderão ter área menor que 1,50 m (um metro e meio) quadrados nem dimensão menor que 1 (um) metro; devem ser revestidos internamente e visitáveis na base. Sòmente serão permitidos em edificações de mais de dois (2) pavimentos e para ventilar gabinetes sanitários, banheiros, adegas, corredores, caixas de escada, porões e garagens.

§ 4º - Não serão permitidas ventilação unicamente por conduto forçado.

CAPÍTULO X

DOS PÉS DIREITOS

Art. 69º - Salvo para os casos especificados em outros capítulos do presente código, o pé direito mínimo será de 2,60 m (dois metros e sessenta) para salas, dormitórios, escritórios, locais de trabalho, copas e cozinhas. Será de 2,30 m (dois metros e trinta) para banheiros, vestiários, gabinetes sanitários, corredores e garagens.

Art. 70º - Quando houver vigas aparentes no fôrro, os pés direitos deverão ser medidos do piso até a parte inferior das mesmas.

CAPÍTULO XI

DAS ABERTURAS DE COMUNICAÇÃO

Art. 71º - O dimensionamento das portas deverá obedecer a uma altura mínima de 2,10m (dois metros e dez) e as seguintes larguras mínimas:

I - Porta de entrada principal
- 0,90 m (noventa centímetros) para residência unifamiliar;
- 1,10 m (um metro e dez) para prédio coletivos até 3 (tres) pavimentos;
- 1,40 m (um metro e quarenta) para prédios de maior altura.

II - Porta de entrada de serviço - 0,70 m (setenta centímetros);

III - Porta de acesso a salas dormitórios, gabinetes, cozinhas - 0,80 m (oitenta centímetros);

IV - Porta interna secundária em geral e porta de banheiros e sanitários - 0,60 m (Sessenta centímetros),

CAPÍTULO XII

DOS COMPARTIMENTOS

Art. 72º - Para os efeitos do presente código, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela sua denominação em planta, mas também, pela sua finalidade lógica decorrente de sua disposição no projeto.

Art. 73º - Os dormitórios não poderão ter dimensão menor que 2,50 m (dois metros e cinquenta) e terão as áreas de acôrdo com as especificações abaixo:

I - No caso de apenas um dormitório, a área mínima será de 12 (doze) metros quadrados;

II - No caso de dois dormitórios, o primeiro deverá satisfazer a condição anterior e o segundo poderá ter a área mínima de 10 (dez) metros quadrados;

III - No caso de três ou mais dormitórios, os dois primeiros deverão satisfazer as condições anteriores e os restantes poderão ter a área mínima de 8 (oito) metros quadrados;

IV - No caso de haver dependências de serviço, poderá ser admitido um dormitório de empregada, tendo área mínima de 5 (cinco) metros quadrados e largura mínima de 2 (dois) metros.

§ Único - Nas áreas mínimas estabelecidas nêste artigo, poderão ser incluídas as áreas de armários embutidos até um máximo de 1,50 m (um metro e meio) quadrados.

Art. 74º - A sala, quando houver apenas uma na economia, deverá ter uma área mínima de 12 (doze) metros quadrados. Quando houver mais de uma sala, ou outras peças de permanência diurna prolongada, cada uma deverá ter, pelo menos, 9 (nove) metros quadrador de área. Em qualquer caso não poderão ter dimensão menor que 2,50 m (dois metros e meio).

Art. 75º - As cozinhas, copas e despensas não poderão ter área menor que 5 (cinco) metros quadrados nem dimensão menor que 2 (dois) metros.

Art. 76º - As cozinhas não poderão ter comunicação direta com dormitórios nem com gabinetes sanitários.

Art. 77º - Os compartimentos para banheiros deverão ter uma área mínima de 3 (três) metros quadrados e dimensão mínima de 1,20 m (um metro e vinte); os aparelhos deverão manter, das paredes e entre si, uma distância mínima de 20 (vinte) centímetros e permitir uma circulação livre de 60 (sessenta) centímetros.

Art. 78º - Os compartimentos sanitários que contiverem apenas um vaso sanitário e um chuveiro ou vaso e um lavatório, poderão ter uma área mínima de 1,50 m (um metro e meio) quadrados e dimensão mínima de 90 (noventa) centímetros.

Art. 79º - Em locais de uso público, em cólegios, hospitais, fábricas, etc., são permitidos sub-compartimentos sanitários divididos por meia-parede, com apenas um vaso sanitário ou apenas um chuveiro, podendo ter área mínima de 1 (um) metro quadrado e dimensão mínima de 90 (noventa) centímetros.

Art. 80º - As garagens particulares deverão ter uma área mínima de 12 (doze) metros quadrados e dimensão mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta).

Art. 81º - Os corredores de uso exclusivo de economias unifamiliares deverão ter uma largura mínima de 1 (um) metro.

CAPÍTULO XIII

DAS ESCADAS E RAMPAS

Art. 82º - As escadas ou rampas para pedestres deverão ser dimensionadas do mesmo modo que os corredores, quanto à largura, que deverá ser, no mínimo, de um metro livre.

Art. 83º - As rampas de ligação entre dois pavimentos, para pedestres, não poderão ter declividade superior a 15% (quinze por cento).

Art. 84º - Os degraus de escada deverão ser dimensionados segundo a fórmula de Blondel:

$$L + 2H = 0{,}62 \text{ a } 0{,}64 \text{ m}$$ (de sessenta e dois a sessenta e quatro centímetros)

sendo: L a largura do piso, no mínimo de 0,25 m (vinte e cinco centímetros);

H a altura do espelho, no máximo de 0,18 m (dezoito centímetros).

Art. 85º - Nas escadas circulares e em leque, será obrigatória a largura mínima, para o degrau, de 8 (oito) centímetros junto ao bordo interior e 25 (vinte e cinco) centímetros no centro do degrau.

Art. 86º - Sempre que um lance de escada tiver mais que 18 (dezoito) degraus consecutivos, será obrigatório intercalar um patamar de extensão mínima de 0,80 m (oitenta centímetros).

Art. 87º - Nos prédios de mais de dois pavimentos, as escadas deverão ser incombustíveis, tolerando-se balaustrada e corrimão de material combustível.

Art. 88º - A existência de elevador, não dispensa a necessidade de es

cada ou rampa.

Art. 89º - As escadas de uso nitidamente secundário e eventual poderão ter largura de, no mínimo, 0,60 m (sessenta centímetros).

CAPÍTULO XIV

DAS CONSTRUÇÕES DE MADEIRA

Art. 90º - Sòmente serão licenciadas as edificações de madeira que tiverem apenas um pavimento e se situarem nas zonas permitidas pelo Plano Diretor.

Art. 91º - Aplicam-se às edificações de madeira, tôdas as disposições gerais dêste Código que não contrariem as seguintes:

I - As edificações de madeira deverão recuar, pelo menos, 5 (cinco) metros do alinhamento e deverão afastar-se no mínimo, 2 (dois) metros das divisas, devendo distar pelo menos 4 (quatro) metros de qualquer outra edificação de madeira do mesmo lote.

II - Será permitida construção de parede na divisa, desde que a mesma seja de alvenaria e ultrapasse, de um metro, a fachada, os fundos e o fôrro da edificação.

III - As edificações de madeira com menos de 80 (oitenta) metros quadrados, poderão ter os compartimentos menores do que os mínimos exigidos no capítulo XII, da seguinte maneira:
10 (dez) metros quadrados para a sala e o primeiro dormitório;
8 (oito) metros quadrados para o segundo dormitório e
6 (seis) metros quadrados para os demais.

IV - As edificações de madeira de tipo popular, com dimensões de 5,50m (cinco metros e meio) por 5,50m (cinco metros e meio) deverão ter as seguintes áreas mínimas para os seus compartimentos:

9 (nove) metros quadrados para a sala;

7 (sete) metros quadrados para os dormitórios
4,50 m (quatro metros e meio) quadrados para a cozinha, esta com largura mínima de 1,50 m (um metro e meio).

CAPÍTULO XV

DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS

Art. 92º - Além das especificações gerais do presente Código que se aplicam às economias componentes, os edifícios de apartamentos deverão obedecer às seguintes condições particulares:

I - Os corredores de uso coletivo deverão ter uma largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte), sendo os de entrada, para prédios com mais de 3 (tres) pavimentos, largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta).

II - No pavimento térreo deverá existir um quadro indicador de residências e uma caixa coletora de correspondência nos padrões exigidos pela Emprêsa Brasileira de Correios e Telégrafos.

III - Quando tiverem mais de 3 (tres) pavimentos ou mais de 12 (doze) economias, deverão ser dotados de um apartamento destinado a zelador.

IV - Deverão ser dotados de reservatório de água de acôrdo com as exigências da CORSAN.

V - Quando tiverem mais de 3 (tres) pavimentos, deverão ser dotados de instalação coletora de lixo. Esta instalação deverá ser perfeitamente vedada com dispositivo de fechamento automático e apresentar boas condições de limpeza e lavagem. As paredes e o piso do local de chegada do lixo deverão ser revestidos de material impermeável, resistente, liso e lavável.

VI - Todos os apartamentos deverão ser dotados de uma área de serviço com tanque com a superfície mínima de 1,50m(um metro e meio)quadrados e dimensão mínima de 1,00 (um) metro.

VII - Todos os edifícios que tiverem mais de dois pavimentos acima do pavimento térreo, deverão ser servidos por elevadores nas condições exigidas no capítulo correspondente dêste Código.

Art. 93º - Os prédios de apartamentos situados nas zonas comerciais e que também se destinarem a escritórios ou a outros usos não residenciais, deverão ter a parte residencial em pavimentos independentes dos demais.

Art. 94º - Cada apartamento deverá constar de, pelo menos, uma sala, um dormitório, cozinha, banheiro, circulação e uma área de serviço.

CAPÍTULO XVI

DAS EDIFICAÇÕES PARA FINS DIVERSOS

A - DOS HOTEIS E ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM

Art. 95º - Além das disposições dêste Código que lhes fôrem aplicáveis, os hotêis e estabelecimentos de hospedagem deverão obedecer às seguintes determinações:

I - Os dormitórios para 2 (dois) leitos deverão ter a área mínima de 12 (doze) metros quadrados e para um leito a área mínima de 8 (oito) metros quadrados, em qualquer caso não poderão ter dimensão menor que 2,50 m (dois metros e meio).

II - Todos os dormitórios deverão ter banheiros privativos.

III - As instalações sanitárias para o pessoal de serviço deverão ser independentes das destinadas aos hóspedes.

IV - Deverão ter, no pavimento térreo, hall de entrada e instalações de portaria e recepção com área mínima de 20 (vinte) metros quadrados e dimensão mínima de 3 (três) metros, além de entrada de serviço independente.

V - Os corredores não poderão ter largura inferior a 1,50 m (um metro e meio) livres de obstáculos. O corredor da entrada principal deverá obedecer ao disposto para os edifícios de apartamentos.

VI - Em todos os pisos destinados a dormitórios deverá haver uma peça ou armário para rouparia.

VII - As paredes de banheiros, despensas, cozinhas e lavanderias deverão ser revestidas até a altura de 2 (dois) metros, com azulejo ou material similar.

VIII - Quando tiverem mais de 3 (tres) pavimentos, deverão possuir instalações de coleta de lixo de acôrdo com as exigências previstas para os edifícios de apartamentos.

IX - Quando tiverem mais de 2 (dois) pavimentos acima do térreo, deverão ter elevadores, nas condições exigidas no capítulo correspondente deste Código.

X - Deverão ter instalações preventivas contra incêndio.

XI - Deverão ter reservatório de água, de acôrdo com as exigências da CORSAN.

B - DAS ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Art. 96º - Além das disposições dêste Código que lhes forem aplicáveis, as escolas e estabelecimentos de ensino deverão obedecer às seguintes determinações:

I - Terem dependências especiais para as instalações administrativas.

II - As salas de aula deverão ter o pé direito mínimo de 2,80 m (dois metros e oitenta) o comprimento máximo de 9 (nove) metros e a largura mínima de 3,00 (tres) metros. A capacidade máxima será de 40 alunos com uma área mínima de 1,50m(um metro e meio)quadrado por aluno.

III - As aberturas para iluminação e ventilação, deverão

somar, pelo mínimo, 1/4 (um quarto) da área da sala, devendo serem situadas do lado esquerdo em relação aos alunos e serem orientadas para os lados nordeste leste e sudoeste.

IV - Quando destinadas a menores de 15 anos, deverão ter recreio coberto, além do recreio aberto nas seguin - tes proporções: aberto: duas vêzes, no mínimo, a soma das áreas das salas de aula; fechado: 2/3 (dois terços) das mesmas.

V - A iluminação artificial deverá assegurar, a uma altura de 80 (oitenta) centímetros, o mínimo de 200 (duzentos) lux para salas de aula e 300 (trezentos) lux para salas de trabalhos manuais ou laboratórios.

VI - Os corredores e escadas terão a largura mínima de 1,50 m (um metro e meio).

VII - As escadas terão um patamar obrigatório de, no mínimo, 1,20 m (um metro e vinte) e serão , obrigatóriamente de material incombustível.

VIII - Nos estabelecimentos com mais de 200 alunos, a largura das escadas será de 1,50 m (um metro e meio) mais 8 (oito) milímetros por aluno que exceder a 200, se houver apenas uma escada.

IX - A distância da porta da sala de aula até a escada de acesso ou aos gabinetes sanitários, não poderá exceder de 25 (vinte e cinco) metros.

X - As escolas mistas deverão ter gabinetes separados para ambos os sexos nas seguintes proporções:

a) Até 50 (cinquenta) alunos: um vaso, um mitório e um lavatório para o setor masculino e um vaso e um lavatório para o setor feminino. O vaso sanitário deverá estar em compartimento independente.

b) Para cada grupo de 100 alunos: um vaso, dois mitórios e dois lavatórios para o setor masculino e dois vasos e dois lavatórios para o setor feminino. Cada vaso sanitário deverá estar em comparti-

mento independente.

XI - As escolas sòmente femininas ou sòmente masculinas deverão ter instalações sanitárias correspondentes às exigidas no item anterior, para cada grupo de 50 alunos ou fração, nos respectivos setores.

XII - Bebedouros de água filtrada: 1 (um) para cada grupo de 70 (setenta) alunos.

XIII - Prevenção contra incêndios.

Art. 97º - Os estabelecimentos que tiverem internato, além das disposições que lhes fôrem aplicáveis, deverão obedecer às seguintes determinações:

I - Os dormitórios não poderão estar voltados para o lado Sul, devendo ter uma área mínima de 5 (cinco) metros quadrados por aluno, pé direito mínimo de 2,80m (dois metros e oitenta) e área máxima de 60 (sessenta) metros quadrados.

II - Deverão haver salas em tamanho e número suficiente para que os alunos internos possam ler ou estudar. Estas salas também poderão funcionar como salas de recreio ou pequenos auditórios.

III - As instalações sanitárias mínimas para os internatos serão:

a) Um vaso sanitário para cada grupo de 7(sete) alunos;
b) Um chuveiro para cada grupo de 7(sete) alunos;
c) Um lavatório para cada grupo de 5 (cinco) alunos;
d) Um mitório para cada grupo de 20 (vinte)alunos (internato masculino).
e) Um bidet para cada grupo de 12 (doze) alunas(internato feminino);
f) Um bebedouro de água filtrada para cada grupo de 70 (setenta) alunos.

IV - Os refeitórios deverão ser dimensionados de modo que correponda uma área mínima ideal de 6 (seis) metros quadrados para cada grupo de 5 (cinco) alunos.

V - As cozinhas deverão ter uma área mínima de 15 (quinze) metros quadrados para os estabelecimentos de até 50 (cinquenta) alunos internos, aumentando na proporção de 1 (um) metro quadrado para cada grupo de 10 (dez) alunos além dos 50 (cinquenta).

VI - Deverá haver copa, lavanderia, rouparia e despensa que, como a cozinha e gabinetes sanitários, deverão ter as paredes revestidas com azulejo ou similar, até a altura de 2 (dois) metros.

VII - Deverão ter instalações preventivas contra incêndio.

C - DOS ASILOS, ORFANATOS E CONGÊNERES

Art. 98º - Os asilos, orfanatos e congêneres deverão obedecer, além das determinações dêste Código, que lhes forem aplicáveis, mais as seguintes disposições:

I - O pé direito dos alojamentos, salas, cozinhas, copas e refeitórios deverá ser, no mínimo, 2,80 m (dois metros e oitenta);

II - É vedada a orientação de alojamentos para o lado sul;

III - Os alojamentos deverão ser dimensionados na base de, no mínimo, 5 (cinco) metros quadrados por leito, tendo, no máximo 12 (doze) leitos por alojamento;

IV - As instalações sanitárias deverão ser separadas para cada sexo e serem previstas na proporção de 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) chuveiro e 1 (um) lavatório para cada 15 (quinze) leitos. Devendo ter instalação sanitária independente para o pessoal de serviço;

V - As cozinhas, copas, lavanderias e instalações sanitárias deverão ter as paredes e pisos revestidas de material, liso, impermeável, lavável e resistente;

VI - As escadas e corredores deverão ter a largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte) e terem os pisos de material impermeável, lavável e resistente. As alturas dos degraus e patamares deverão obedecer as prescri-

ções previstas para os hospitais;

VII - Quando tiverem mais de um piso, deverão ser inteiramente de alvenaria;

VIII - Deverão ter instalaçoes contra incêndio;

IX - Ter reservatório de água de acôrdo com as prescrições da emprêsa abastecedora;

X - Ter instalações para coleta e remoção de lixo que garanta perfeita assepsia e higiene, quando o prédio tiver mais de dois pavimentos.

D - DOS HOSPITAIS E CASAS DE SAÚDE

Art. 99º - Além das disposições dêste Código que lhes forem aplicáveis, os hospitais, casas de sáude e estabelecimentos congêneres, deverão obedecer, também, às seguintes determinações:

I - Serem construidos inteiramente de material incombustível. Não serão admitidas construções de outro materias, mesmo a título precário.

II - Terem os pés diretos de, no mínimo, 2,80 m (dois metros e oitenta) em todas as dependências, excetuados os sanitários, depósitos e dependências de serviço nitidamente secundárias.

III - Todos os corredores principais ou os que derem acesso a quartos, enfermarias, consultórios, salas de cirurgia ou de tratamento, deverão ter uma largura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte) e serem pavimentados com material liso, reistente, impermeável, não sendo permitido o emprêgo de piso de cimento. Deverão ser tomadas precauções afim de se evitar ruidos, no piso, com o rolamento de carrinhos ou camas. Os corredores secundários deverão ter uma largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte).

IV - Os quartos deverão ter as seguintes áreas mínimas: 8 (oito) metros quadrados para um leito e 14 (quatorze) metros quadrados para dois leitos, com uma largura mí

nima de 2,50 m (dois metros e meio) .

V - As enfermarias deverão ter uma área mínima de 6(seis) metros quadrados por leito e área máxima de 40(quarenta) metros quadrados.

VI - Para os dormitórios e enfermarias é vedada a orientação para o lado sul.

VII - A distância máxima permitida de um quarto ou enfermaria à escada ou rampa mais próxima, será de 30(trinta) metros.

VIII - As portas dos quartos, enfermarias e sala de cirurgia e tratamento, deverão ter uma largura mínima de 100 (cem) centímetros e serem dotadas de bandeira móvel.

IX - Ter instalações sanitárias em cada pavimento para uso do pessoal de serviço e de doentes, com separação por sexos, nas seguintes proporções:

a) Quando para uso de doentes; 1(um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1(um) chuveiro para cada 10 (dez) leitos;

b) Quando para uso do pessoal: 1(um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1(um) chuveiro para cada 30 (trinta) leitos.

X - As escadas deverão ter degraus de, no máximo, 16,50 (dezesseis e meio) centímetros de altura e patamares de 1,50m(um metro e meio) que dividam a escada em dois lances aproximadamente iguais. A largura mínima das escadas deverá ser de 1,50 m (um metro e meio).

XI - As rampas terão: declive máximo de 10% (dez por cento) e largura mínima de 1,50m (um metro e meio) e pavimentação adequada.

XII - Quando não houver rampa ou o prédio tiver mais de dois pavimentos, será obrigatoria a instalação de, no mínimo, um elevador com capacidade de transportar maca.

XIII - As cozinhas e copas deverão ter seus pisos e paredes revestidos de material liso, impermeável, resistente e lavável.

XIV - As lavanderias deverão ter aparelhagem de desinfecção e esterilização de roupas e terem os pisos e paredes nas mesmas condições dos das cozinhas.

XV - As cozinhas e necrotérios deverão ter acesso independentes dos das entradas de pacientes.

XVI - Os necrotérios são obrigatórios para os estabelecimentos hospitalares com mais de 25 leitos. Deverão ter as paredes revestidas com material liso, lavável e impermeável ou pintadas com tinta lavável e os pisos revestidos com material resistente, liso impermeável e lavável. Deverão ainda, ser dotados de instalações sanitárias e se situarem, pelo menos, a 10(dez) metros dos limites do terreno.

XVII - Ter instalações geradoras de energia elétrica de emergência.

XVIII- Ter instalações para a coleta e remoção de lixo que garantam perfeita assepsia e higiene, em qualquer ponto das instalações.

XIX - Ter reservatório de água de acôrdo com as prescrições da empresa abastecedora.

XX - Ter instalações preventivas contra incêndio.

E - EDIFICAÇÕES DESTINADAS A ESCRITÓRIOS E A OUTROS FINS NÃO RESIDENCIAIS

Art. 100º - Além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, as edificações destinadas a escritórios, consultórios, laboratórios de análise clínica e estúdios de caráter profissional, deverão obedecer, ainda, as disposições dêste artigo:

I - As aberturas de ventilação e iluminação deverão perfazer, pelo mínimo, 1/5 (um quinto) da área da peça.

II - Os corredores do edifício deverão ter uma largura mínima de 1,50 m (um metro e meio); Para o corredor principal de entrada, haverá mais dez (10) centímetros de largura para cada pavimento além do terceiro.

III - No pavimento térreo deverá existir um quadro indicador dos ocupantes do edifício e uma caixa coletora de

correspondência nos moldes exigidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

IV - Deverão ser dotados de reservatório de água de acôrdo com as exigências da emprêsa encarregada do abastecimento.

V - Todos os conjuntos ou salas da área igual ou superior a 20 (vinte) metros quadrados deverão ser dotados de instalações sanitárias privativas, contendo um vaso e um lavatório, de acôrdo com o artigo 78 dêste Código.

VI - Para cada 100 metros quadrados de área comercial, deverá haver, no mínimo, 1 (um) vaso sanitário para cada sexo, com o respectivo lavatório.

VII - Não serão permitidas divisões de madeira ou material combustível entre economias diferentes.

VIII - Quando tiverem mais de três pavimentos, deverão ser dotados de instalações coletoras de lixo, nas condições exigidas para os edifícios de apartamentos.

IX - Os edifícios que tiverem mais de dois (2) pavimentos acima do térreo, deverão ser servidos por elevadores nas condições exigidas no capítulo correspondente deste Código.

X - O pé direito mínimo, para os locais de trabalho, será de 2,60 m (dois metros e sessenta) e de 2,30m (dois metros e trinta) para os sanitários e corredores.

F - DAS LOJAS E SUPERMERCADOS

Art. 101º - Além das disposições dêste Código que lhes forem aplicáveis, as lojas e supermercados deverão obedecer as seguintes determinações:

I - Não poderão ter o pé direito inferior a 3,50 m (três metros e meio), no pavimento térreo e a 2,80 m (dois metros e oitenta) nos outros pavimentos.

II - Quando houver galeria, esta não poderá ter área maior

que 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento respectivo, cujo pé direito mínimo será de 5,15 m(cinco metros e quinze).

III - As escadas para o público, terão a largura mínima de 1,50 m (um metro e meio).

IV - Deverão possuir gabinetes sanitários, na proporção de 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) metros quadrados ou fração.

V - As portas de entrada deverão ter a largura mínima de 1,50 m (um metro e meio).

VI - Quando situadas nas zonas comerciais, deverão ter marquises.

VII - Quando tiverem mais de 150 (cento e cinquenta)metros quadrados, deverão contar com instalações contra incêndios.

VIII - Quando estiverem situadas em edifícios também residenciais, deverão ter abastecimento de água totalmente independentes da parte residencial.

G - DOS BARES, CAFÉS, CHURRASCARIAS, RESTAURANTES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 102º - Além das disposições que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer mais as seguintes:

I - O pé direito será o mesmo exigido para as lojas.

II - As paredes e pisos das cozinhas, despensas, copas e adegas deverão ser revestidas de material, liso, impermeável, lavável e resistente. Quando fôr usado azulejo, será tolerado o revestimento das paredes, até a altura de 2,00 (dois) metros.

III - Deverão ter instalação sanitária, constante de mictórios, lavatórios, vasos sanitários para ambos os sexos, para uso do público e independentes para empregados.

IV - As cozinhas deverão ter uma área mínima de 10(dez)metros quadrados, largura mínima de 2,50 m (dois metros e meio) e pé direito mínimo de 2,80 m(dois metros e oitenta).

V - As janelas das cozinhas, copas e despensas deverão ser, obrigatóriamente, protegidas com telas milimétricas.

VI - Deverão ter câmaras frigoríficas ou refrigeradores adequados às finalidades a que se destinam.

H - LEITARIAS; MERCADINHOS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 103º - Além dos artigos dêste Código que lhes fôrem aplicáveis, deverão obedecer também aos seguintes dispositivos:

I - As paredes deverão ser revestidas, até a altura de 1,50 m (um metro e meio) de material liso, impermeável e lavável.

II - Os pisos deverão ser revestidos com material liso, impermeável e lavável.

III - Os compartimentos que servirem como depósitos de produtos comerciáveis deverão ter as janelas protegidas com telas milimétricas.

I - AÇOUGUES E MATADOUROS

Art. 104º - Além das disposições que lhes fôrem aplicáveis, os açougues e matadouros deverão obedecer mais às seguintes:

I - Deverão ter as paredes revestidas, até a altura de 2 (dois) metros, com material liso, impermeável, duro e resistente a lavagens.

II - Deverão ter os pisos revestidos com material liso, impermeável, duro e resistente a lavagens constantes, não sendo permitido o piso simplesmente cimentado.

III - Deverão ter rodapé curvo de concordância entre pisos e paredes para facilitar a limpeza.

IV - Deverão ter torneiras e ralos em quantidades suficiente para a lavagem de pisos e paredes.

V - Deverão ter as aberturas de ventilação protegidas com com telas milimêtricas.

VI - Deverão ter instalações de duchas, lavatórios, e mictórios e vasos sanitários para uso dos empregados, na proporção de um para cada grupo de 10 (dez) pessoas.

J - CINEMAS, TEATROS e AUDITÓRIOS

Art. 105º - Além das disposições dêste Código que lhes fôrem aplicáveis, deverão obedecer mais às seguintes:

I - Não poderão ter estruturas ou paredes de material combustível, nem piso de tábuas sôbre barroteamento ou fôrro de madeira.

II - Deverão ter hidrantes e tomadas de água facilmente acessíveis.

III - Deverão ter o pé direito mínimo de 3,50 m (três metros e meio).

IV - Não poderão ter o comprimento maior que duas vêzes a largura média.

V - As portas, corredores e escadas deverão ter largura proporcional à capacidade da sala, com o mínimo de 1,50 m (um metro e meio). A soma das larguras das portas de saída, bem como dos corredores e escadas, deve correponder a 12 (doze) milímetros por pessoa.

VI - Tôdas as fôlhas de portas deverão abrir para fora.

VII - O espaçamento entre as filas de poltronas deverá ser de, no mínimo, 1 (um) metro.

VIII - As filas terão no máximo 14 (quatorze) poltronas se tiverem circulação pelos 2 (dois) lados e 7 (sete) poltronas se se situarem junto às paredes.

IX - Os corredores de circulação entre as poltronas não poderão ter largura inferior a 1 (um) metro junto ao ce

nário e 1,30 m (um metro e trinta) no fundo da sala.

X - Deverão ter instalações sanitárias separadas para ambos os sexos nas seguintes proporções: Um vaso e um lavatório para cada sexo para cada grupo de 250 (duzentas e cinquenta) poltronas e um mitório para cada grupo de 100 poltronas.

XI - O projeto arquitetônico deverá ser acompanhado de detalhes explicativos de distribuição de poltronas, visibilidade, instalações elétricas, mecânicas e de projeção.

L - DEPÓSITOS DE MERCADORIAS E SUCATAS

Art. 106º - Além das disposições que lhes fôrem aplicáveis deverão obedecer mais às seguintes:

I - Deverão ter o pé direito mínimo de 3,50 m(tres metros e meio).

II - Deverão ter os pisos pavimentados.

Art. 107º - Quando se tratar de depósitos de materiais que pela sua natureza possam ser conservados ao tempo, deverão ser conservados de maneira a não serem visíveis dos logradouros públicos. Para tanto será exigido um muro periférico de 2 (dois)metros de altura.

M - DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 108º - Além das disposições que lhes fôrem aplicáveis, deverão obedecer ainda às seguintes:

I - O pedido de aprovação das instalações deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) Planta de localização na qual deverá constar a edificação, a implantação do maquinário e a posição dos recipientes e dos tanques;

b) Especificação da instalação, mencionando o tipo de inflamável, a natureza e a capacidade dos tanques ou recipientes, os dispositivos de proteção contra

incêndio, aparelhos de sinalização, assim como todo aparelhamento ou maquinária empregado na instalação.

II - Os depósitos de explosivos deverão ser localizados fora da zona urbana e deverão manter um afastamento mínimo de 50 (cinquenta) metros das divisas do terreno.

N - INDÚSTRIAS E OFICINAS

Art. 109º - Além dos dispositivos que lhes fôrem aplicáveis, deverão obedecer ainda os seguintes:

I - Terem as fontes de calor ou dispositivos onde se concentre o mesmo, convenientemente dotados de isolamento térmico e afastados, pelo menos, 1 (um) metro das paredes.

II - Terem os depósitos de combustíveis em locais adequadamente preparados.

III - Terem instalações e aparelhamento preventivo contra incêndios.

IV - Terem estrutura metálica ou de concreto armado quando tiverem mais de 2(dois) pavimentos.

V - Terem as paredes na divisa elevadas a 1 (um) metro acima da calha.

VI - Terem as escadas e os entrepisos de material incombustível.

VII - Terem o pé direito mínimo de 3,50 m(tres metros e meio)

VIII - Terem os locais de trabalho, iluminação natural através de aberturas com área mínima de 1/7 (um sétimo) da área do piso, sendo admitidos lanternins ou "shed".

IX - Terem compartimentos sanitários em cada pavimento, devidamente separados para uso de ambos os sexos, nas seguintes proporções:

Homens: 1(um) vaso, 1(um) mitório, 1(um) lavatório e 1(um) chuveiro para cada grupo de 25 ou fração.

Mulheres: 1(um) vaso, 1(um) lavatório e 1(um) chuveiro para cada grupo de 20 (vinte) ou fração.

X - Terem vestiários com armários para todos os operários em grupos separados para cada sexo.

XI - Quando houver chaminé, a mesma deverá ultrapassar 5 (cinco) metros acima de qualquer edificação situada num raio de 50 (cinquenta) metros.

XII - O lançamento de resíduos industriais deverá obedecer as prescrições de legislação específica em vigor.

§ Único - Quando se tratar de indústrias alimentícias e de refrigerantes, as mesmas deverão, ainda, ter:

1º - as paredes revestidas de material liso, impermeável e lavável, até a altura de 2 (dois) metros;

2º - O piso revestido de material liso, resistente, impermeável e lavável;

3º - Assegurada a incomunicabilidade direta com compartimentos sanitários;

4º - Os vãos de iluminação e ventilação e de comunicação externas, protegidos por tela milímetrica.

O - POSTOS DE ABASTECIMENTOS

Art. 110º - O abastecimento de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores sòmente será permitido:

a) nos postos de serviço;

b) nas garagens coletivas;

c) nos estabelecimentos que tenham frota própria de veículos, para exclusivo abastecimento dos mesmos.

P - POSTOS DE SERVIÇO

Art. 111º - Posto de serviço é a edificação destinada a atender o abastecimento, lavagem e lubrificação, bem como pequenos reparos

de urgência, de veículos automotores.

Art. 112º - Além dos dispositivos que lhes fôrem aplicáveis, os postos de serviço estarão sujeitos aos seguintes:

I - Deverão apresentar projetos detalhados dos equipamentos e instalações;

II - Deverão ser construídos de materiais incombustíveis , salvo o madeiramento do telhado e as esquadrias internas;

III - Deverão ter muros de alvenaria de, pelo menos, 2(dois) metros de altura,separando-os das propriedades lindeiras;

IV - Os aparelhos, inclusive as bombas, deverão estar recuados de, no mínimo, 6 (seis) metros do alinhamento e das divisas dos terrenos;

V - Quando os aparelhos, com exceção das bombas, estiverem situados em recinto fechado, poderão ser instalados junto às divisas;

VI - Deverão ter instalações sanitárias franqueadas ao público, separadas para ambos os sexos;

VII - Deverão ter instalações e aparelhamento preventivo contra incêndio.

Q - GARAGENS COLETIVAS

Art. 113º - Consideram-se garagens coletivas as edificações destinadas à guarda de veículos automotores, podendo ter serviços de abastecimento ou não.

Art. 114º - O abastecimento sòmente será permitido nestas garagens quando sua capacidade for maior que 50 (cinquenta) veículos, devendo as bombas satisfazerem as seguintes condições:

a) serem instaladas no interior da edificação;

b) Terem seu número limitado de uma bomba para cada grupo de 100 (cem) veículos estacionados.

c) Obedecer às demais exigências prescritas para os postos de serviço.

Art. 115º - Além das exigências que lhes couberem, do presente Código, as Garagens Coletivas deverão obedecer mais as seguintes:

I - Serem construidas inteiramente de material incombustível, salvo o madeiramento de cobertura e esquadrias;

II - Terem o pé direito mínimo de 2,40 m (dois metros e quarenta);

III - Terem a área mínima de 12 (doze) metros quadrados para cada veículo a estacionar;

IV - Terem assegurada a circulação livre, de entrada e saída, quando estacionado, os carros, dentro da garagem.

V - Terem rampas com largura mínima de 3 (tres) metros e declividade máxima de 20% (vinte por cento);

VI - Terem acesso por meio de dois ou mais vãos com largura mínima de 3 (tres) metros cada um. Admitir-se-á um vão único com largura mínima de 6 (seis) metros;

VII - Terem sinalização de alarme e aviso, de saída, junto ao logradouro;

VIII - Terem assegurada a ventilação permanente, na base de 1/20 (um vinte avos) da área construída;

IX - Terem instalações e aparelhamento preventivo contra incêndio.

R - LAVANDERIAS E TINTURARIAS

Art. 116º - Além das disposições dêste Código, que lhes forem aplicáveis, as construções destinadas a lavanderias, deverão satisfazer as seguintes:

I - Serem construidas de material incombustível;

II - Terem o pé direito mínimo de 3,50 m (tres metros e meio);

III - Terem as paredes revestidas até 2 (dois) metros de altura, no mínimo, de material liso e impermeável;

IV - Terem as aberturas para iluminação e ventilação perfazendo, no mínimo, 1/7 (um sétimo) da área do piso;

V - Terem instalações sanitárias completas para uso dos empregados.

CAPÍTULO XVII

ELEVADORES

Art. 117º - Todos os prédios com mais de 3 (tres) pavimentos deverão ser servidos por elevadores.

§ Único - Os elevadores deverão obedecer às prescrições da A.B.N.T.

Art. 118º - Os edifícios que tiverem 8 (oito) ou mais pavimentos ou mais de 1.200 (um mil e duzentos) metros quadrados de área construída, deverão ter, no mínimo, 2 (dois) elevadores.

§ 1º - Para cada 7.200 (sete mil e duzentos) metros quadrados de área construida suplementar deverá haver um outro elevador.

§ 2º - Para efeito dêste artigo, cada elevador deverá ter a capacidade mínima de 6 (seis) pessoas.

Art. 119º - Em edifícios com utilização mista, residencial e para outros fins, deverão existir elevadores exclusivos para a parte residencial e para as outras atividades.

Art. 120º - O hall de acesso aos elevadores deverá sempre ter ligação que possibilite a utilização da escada, em todos os andares.

Art. 121º - A distância mínima permitida para a construção de paredes frente às portas dos elevadores, medida perpendicularmente ao eixo das mesmas será de 1,50 m (um metro e meio) para edifícios residenciais e 2 (dois) metros para edifícios comerciais.

§ Único - No pavimento térreo está distância será no mínimo igual à largura do corredor de entrada.

CAPÍTULO XVIII

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS

Art. 122º - As instalações elétricas e telefônicas deverão serem feitas de acôrdo com as exigências das repectivas emprêsas concessionárias ou abastecedoras e tendo sempre presente as normas da A.B.N.T.

CAPÍTULO XIX

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS - PISCINAS

Art. 123º - As instalações hidráulicas e sanitárias deverão ser feitas de acôrdo com as exigências da emprêsa abastecedora e tendo sempre presente as normas da A.B.N.T.

Art. 124º - As piscinas deverão atender os seguintes requisitos:

I - Terem as paredes e o fundo revestidos de azulejos ou material similar;

II - Quando de uso coletivo, deverão ter aparelhagem adequada à renovação e tratamento da água;

III - Os projetos deverão ser préviamente aprovados pela Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO XX

DAS DEMOLIÇÕES

Art. 125º - A demolição de qualquer edifício, excetuadas apenas dos muros de fechamento até três (3) metros de altura, só poderá ser executada mediante licença expedida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

§ 1º - Tratando-se de edificações com mais de oito metros

de altura, a demolição só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§ 2º - Tratando-se de edificação no alinhamento do logradouro, ou sôbre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento, isto é, menos de oito metros será exigida a responsabilidade de profissional habilitado.

§ 3º - O requerimento em que fôr solicitada licença para uma demolição compreendida nos parágrafos 1º e 2º, será assinado pelo profissional responsável, juntamente com o proprietário.

§ 4º - Durante a demolição, o profissional responsável será obrigado a manter em local bem visível a placa regulamentar.

§ 5º - Em qualquer demolição, o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, porá em prática tôdas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários, do público, das benfeitorias dos logradouros e das propriedades vizinhas.

§ 6º - O órgão municipal competente poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser feita.

§ 7º - No pedido de licença para demolição, deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado, atendendo solicitação justificada do interessado e a juizo do órgão competente.

§ 8º - Caso a demolição não fique concluida dentro do prazo prorrogado, o responsável ficará sujeito às multas previstas no presente Código.

rt. 126º - A Prefeitura Municipal poderá obrigar a demolição de prédios que estejam, a juizo do órgão técnico competente, ameaçados de desabamento.

§ Único - A Prefeitura poderá efetuar a demolição, caso o

proprietário não a providencie, cobrando, do mesmo as despesas acrescidas de uma taxa de 20% (vinte por cento).

Art. 127º - A Prefeitura Municipal poderá demolir ou mandar demolir, total ou parcialmente, construções executadas em desacôrdo com a legislação vigente.

Art. 128º - Os andaimes e tapumes de uma construção paralisada, deverão ser demolidos, no caso da paralisação se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias, mesmo que a construção seja afastada do alinhamento, desimpedindo o passeio e deixando-o em perfeitas condições de conservação.

CAPÍTULO XXI

DAS OBRAS PARALISADAS

Art. 129º - No caso de se verificar a paralisação de uma construção por mais de 60 (sessenta) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno, no alinhamento do logradouro, por meio de um muro dotado de portão de entrada observadas as exigências dêste Código para fechamento dos terrenos nas ruas pavimentadas.

§ 1º - Tratando-se de construção no alinhamento um dos vãos abertos sôbre o logradouro deverã ser guarnecido com uma porta para permitir o acesso ao interior da construção devendo todos os outros vãos para o logradouro serem fechados de maneira segura e conveniente.

§ 2º - No caso de continuar paralisada a construção depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias será feito,pelo órgão técnico da Prefeitura Municipal, um exame do local, a fim de constatar se a construção oferece perigo e promover as providências que se fizerem necessárias.

Art. 130º - As obras paralisadas que se situarem em ruas pavimentadas, à pós 6 (seis) meses de paralisação terão lotação predial como concluido fôsse o prédio.

CAPÍTULO XXII

DOS EMBARGOS

Art. 131º - A obra em andamento, seja ela de reparo, reconstrução, reforma ou construção, será embargada sem prejuizos das multas e outras penalidades, quando:

a) Estiver sendo executada sem o alvará de licença nos casos em que o mesmo fôr necessário;

b) Fôr desrespeitado o respectivo projeto, em algum de seus elementos essenciais;

c) Não forem observados o alinhamento e a altura da soleira;

d) Fôr começada sem a responsabilidade de profissional matriculado na Prefeitura;

e) Estiver em risco sua estabilidade, com perigo para o público ou para o pessoal que a execute.

Art. 132º - Para embargar uma obra, deverá o fiscal ou funcionário credenciado pela Prefeitura, lavrar um auto de infração que conterá os motivos do embargo claramente expressos, as medidas que deverão ser tomadas pelo responsável, a data e o local da obra e a assinatura do funcionário credenciado.

Art. 133º - O auto de infração será entregue ao infrator para que dêle tome conhecimento. Caso se recusar a recebê-lo ou não for encontrado, o auto será publicado no Expediente da Prefeitura e divulgado na imprensa local seguindo-se o processo administrativo e a ação competente para a suspensão da obra.

Art. 134º - O embargo sòmente será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no auto de infração.

CAPÍTULO XXIII

DA INTERDIÇÃO

Art. 135º - O prédio ou qualquer de suas dependências poderá ser interdi

ditado provisória ou definitivamente pela Prefeitura e impedida a sua ocupação, quando fôr constatada a irregularidade quanto à legislação vigente não regularizada no prazo estipulado ou quando oferecer perigo de vida.

Art. 136º - A interdição prevista no artigo anterior será imposta por escrito, após a vistoria efetuada por técnico da Prefeitura.

§ Único - Não atendida a interdição e não interposto ou indeferido o respectivo recurso, iniciar-se-á a competente ação judicial.

CAPÍTULO XXIV

DAS MULTAS

Art. 137º - As multas serão impostaspelo Prefeito Municipal, tendo em vista o auto de infração lavrado pelo fiscal.

Art. 138º - Serão arbitradas entre os valôres de 10% (dez por cento) até 5 (cinco) vezes o salário mínimo regional, de acôrdo com:

a) Maior ou menor gravidade da infração;

b) Os antecedentes do infrator;

c) As circunstâncias.

Art. 139º - O infrator deverá pagar a multa até 3 (tres) dias após ter recebido a comunicação e, caso não fôr encontrado, até 5(cinco) dias após a divulgação na imprensa.

CAPÍTULO XXV

DAS PENALIDADES AOS PROFISSIONAIS

Art. 140º - Além das previstas pela legislação em geral, os profissionais registrados na Prefeitura ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - Suspensão da matrícula na Prefeitura pelo prazo de um a seis (6) meses, quando:

a) Apresentarem projetos em evidente desacôrdo com o local ou falsearem medidas, cotas e demais indicações do desenho;

b) Executarem obras em flagrante desacôrdo com o projeto aprovado;

c) Modificarem os projetos aprovados, introduzindo-lhes alterações na forma geométrica, sem a necessária licença;

d) Falsearem cáclulos, especificações e memórias justificativas em evidente desacôrdo com o projeto;

e) Acobertarem o exercício ilegal da profissão;

f) Revelarem imperícia na execução de qualquer obra, verificada por ocasião de vistoria de técnicos nomeados pelo Prefeito;

g) Iniciarem a obra sem projeto aprovado e sem licença.

h) Entravarem ou impedirem a boa marcha da fiscalização.

II - Suspensão da matrícula pelo prazo de seis (6) a doze (12) meses, quando houver reincidência da falta que tenha ocasionado suspensão de um a seis meses.

Art. 144º - As suspensões serão impostas mediante despacho divulgado na imprensa local e mediante ofício ao interessado, assinado pelo Prefeito Municipal e pelo responsável pelo setor competente da Municipalidade.

§ 1º - O profissional cuja matrícula estiver suspensa não poderá encaminhar projeto ou iniciar obras de qualquer natureza nem prosseguir na execução da obra que ocasionou a suspensão, enquanto não findar o prazo desta;

§ 2º - É facultado ao proprietário da obra embargada por motivo de suspensão de seu responsável técnico, concluí-la desde que seja feita a substituição do responsável;

§ 3º - Após a comprovação da responsabilidade do outro técni

co, deverá ser imediatamente providenciada a regularização da obra.

CAPÍTULO XXVI

DOS RECURSOS

Art. 142º - Caberá recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da legislação vigente.

Art. 143º - Caso o recurso seja resolvido a favor do recorrente, serão devolvidas as importâncias pagas a título de multas e serão suspensas as penalidades impostas.

CAPÍTULO XXVII

DA NUMERAÇÃO DOS PRÉDIOS

Art. 144 - A numeração dos prédios é da exclusiva competência da Prefeitura Municipal, que determinará também a origem da mesma nas vias públicas.

§ 1º - A numeração das economias que tiverem acesso direto à via pública deverá corresponder, aproximadamente, à distância em metros à origem, devendo os números pares se situarem à esquerda de quem se desloca no sentido da numeração;

§ 2º - Quanto às economias internas tais como apartamentos, escritórios, lojas em galerias, etc., o número que lhes fôr atribuido no projeto deverá obedecer ao seguinte critério: os números de 101 (cento e um) a 199 (cento e noventa e nove) serão das economias térreas, de 201 (duzentos e um) à 299 (duzentos e noventa e nove), do 2º (segundo) pavimento, etc., para o primeiro subsolo a numeração será de 01 (um) a 99 (noventa e nove), para o segundo subsolo será de 001 (zero zero um) a 099 (zero noventa e nove) e assim por diante.

CAPÍTULO XXVIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 145º - A Prefeitura fixará, anualmente, as taxas a serem cobrada para a aprovação de projetos, revalidação, licenciamento e prorrogação de prazo para a execução das obras.

Art. 146º - As construções particulares executadas sem licencia, dentro da área urbana e que, por sua natureza, puderem ser toleradas, serão medidas e desenhadas pela Diretoria de Obras, para o fim de cadastramento e tributação fiscal.

§ Único - Os emolumentos relativos à execução das plantas e licenciamento da obra, serão cobrados pela Prefeitura de acôrdo com os custos atualizados e tributos vigentes, sem prejuizo das penalidades que couberem.

Art. 147º - Para o fiel cumprimento das disposições desta lei, a Prefeitura Municipal poderá, se necessário, valer-se de mandado judicial através de ação cominatória, de acôrdo com o dispôsto no Código de Processo Civil, Artigo 302, inciso XI, letra A.

Art. 148º - Esta Lei entrará em vigor na data da publicação e revoga as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Bassano, em 28 de dezembro de 1982

TRANQUILO ZANETTI
Prefeito Municipal

S U M Á R I O

CAPÍTULO I

Das Definições 01

CAPÍTULO II

Dos Profissionais Legalmente Habilitados e da Responsabilidade Técnica 18

CAPÍTULO III

Dos projetos e Licenças 20

Das Isenções de Projetos e Licenças 23

CAPÍTULO IV

Início das Obras - Conclusão - Habite-se 24

CAPÍTULO V

Dos Materiais e Estruturas 25

Das Paredes 25

Dos Pisos e Entre-pisos 26

CAPÍTULO VI

Dos Terrenos e das Fundações 27

Dos Muros e Muros de Arrimo 28

Das Calçadas e Passeios 28

CAPÍTULO VII

Das precauções Durante as Obras: Tapumes e Andaimes; Do Empachamento 29

Dos Postes, Hidrantes e Arborização 29

Dos Coretos e Bancas de Jornais 30

Descarga de Material na Via Pública - Conservação e Limpeza dos Logradouros 30

CAPÍTULO VIII

Das Fachadas 31

Das Marquises e Toldos 31

CAPÍTULO IX

Da Iluminação Natural e Ventilação

Das Aberturas 32

Das Áreas 34

CAPÍTULO X

Dos Pés Direitos 35

CAPÍTULO XI

Das Aberturas de Comunicação 35

CAPÍTULO XII

Dos Compartimentos 36

CAPÍTULO XIII

Das Escadas e Rampas 38

CAPÍTULO XIV

Das Construções de Madeira 39

CAPÍTULO XV

Dos Edifícios de Apartamentos 40

CAPÍTULO XVI

Das Edificações para Fins Diversos

A - Dos Hoteis e Estabelecimentos de Hospedagem 41

B - Das Escolas e Estabelecimentos de Ensino 42

C - Dos Asilos, Orfanatos e Congêneres 45

D - Dos Hospitais e Casas de Saúde 46

E - Edificações Destinadas a Escritórios e a outros Fins não Residenciais 48

F - Das Lojas e Supermercados 49

G - Dos Bares, Cafés, Churrascarias, Restaurantes e Estabelecimentos Congêneres 50

H - Leitarias, Mercadinhos e Estabel. Congêneres 51

I - Açougues e Matadouros 51

J - Cinemas, Teatros e Auditórios 52

L - Depósitos de Mercadorias e Sucatas 53

M - Depósitos de Inflamáveis e Explosivos 53

N - Indústrias e Oficinas 54

O - Postos de Abastecimentos 55

P - Postos de Serviço 55

Q - Garagens Coletivas 56

R - Lavanderias e Tinturarias 57

CAPÍTULO XVII

Elevadores 58

CAPÍTULO XVIII

Instalações Elétricas e Telefônicas 59

CAPÍTULO XIX

Instalações Hidráulicas e Sanitárias - Piscinas 59

CAPÍTULO XX

Das Demolições 59

CAPÍTULO XXI

Das Obras Paralisadas 61

CAPÍTULO XXII

Dos Embargos 62

CAPÍTULO XXIII

Da Interdição 62

CAPÍTULO XXIV
Das Multas 63
CAPÍTULO XXV
Das Penalidades aos Profissionais 63
CAPÍTULO XXVI
Dos Recursos 65
CAPÍTULO XXVII
Da Numeração dos Prédios 65
CAPÍTULO XXVIII
Das Disposições Finais 66